

NOTA DE LIVRO

CARVALHO, José Darcy de. *Seqüência ou Sintagma? Uma ambigüidade em João Miramar*, Rio de Janeiro, s/Ed., 1979, 85 pp.

Trata-se de dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa apresentada ao Programa de Pós - Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ. Elaborada sob a competente orientação do Professor Celso Cunha, foi defendida perante Comissão Examinadora constituída de acordo com as normas regimentais e devidamente aprovada.

O autor, que revela sólidos conhecimentos de Lingüística em geral e de Língua Portuguesa em particular, mostra-se crítico e analista de textos literários de grande sensibilidade, coisa que não é comum ver aliada à capacidade de vascularização textual de minuciosos e até profundos estudiosos de fenômenos ou fatos lingüísticos.

Na obra, dividida em três partes - *Polaridade sintática, Polo sintagmático e Polo seqüencial* -, o Autor estuda, com base em um corpus retirado das *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, assuntos de grande pertinência como ambigüidade entre seqüência e sintagma, alterações no padrão de determinância da estrutura nominal, o falso sintagma como elemento perturbador do

sistema, a aderência do discurso poético à ordem seqüencial e sintagmática, com o intuito de fixar o experimentalismo oswaldiano na ins-tauração do processo de autonomia da expressão artística.

Seria impossível numa resenha, como esta, tocar em todos os pontos da obra, ou sequer nos mais interessantes, onde o Autor chega a conclusões que provocam o interesse do estudioso. Por isso ateno-me a um só e único tópico que, por constituir a fundamentação teórica do trabalho, parece-me de todo em todo pertinente.

Seqüência ou sintagma? A disjuntiva posta no título, mesmo sem declarado intuito excludente, não pode prevalecer sem a exata conceituação do que seja sintagma e do que seja seqüência. Em caso contrário, não seria possível fixar os casos típicos de uma e outra classe e muito menos - se esse fosse o objetivo - partir de ambas as espécies para a síntese que necessariamente havia de excluir um dos termos.

O Autor evidentemente percebeu toda a importância da questão, tanto que, logo na introdução do seu trabalho, tratou de deslin-

dã-la (pp. 9-10). Tenho dúvidas, porém, sobre se teria usado a melhor metodologia e principalmente, se terá levado em conta os principais dados do problema.

Pelo que toca à metodologia, o Autor, repassando com ceitos, a que chama definições, devidos a Mikus, Bally, Saussure, Martinet e Dubois, não os acompanha cronologicamente e mesmo dispensa-se declaradamente de seguir a trilha histórica em favor de outro critério: "levamos em conta as definições mais complexas, de ordem geral (Mikus, Bally) e as mais restritas (Saussure, Martinet), até chegar ao âmbito nominal, de interesse imediato (Dubois et alii)."

Estava em seu direito de o fazer, e não serei eu quem lho há de negar. A crítica, porém, pode pedir-lhe contas no que se refere aos resultados assim obtidos. Por isso tratemos a questão.

Não há dúvida que tanto o conceito de Mikus ("sintagma é toda estrutura linguística constituída por dois termos funcionalmente complementares") quanto o de Bally ("a frase é um sintagma, do mesmo modo que todo grupo de signos, maior ou menor, susceptível de ser condicionado à forma de frase") são, quaisquer que sejam os seus condicionamentos específicos - e os há -, conceitos amplos e genéricos. Mas o que o Autor reproduz de Saussure parece-me, por um lado, insufici

ente para caracterizar a tese do lingüista suíço e, por outro, não demonstra, como se afirma no trabalho, que se trata de um conceito menos amplo ou mais restritivo. Dentro dessa perspectiva, o problema deixa de ser uma simples questão de pormenor (a mais exata ou menos exata conceituação do termo) para adquirir carãter fundamental, visto como se trata de um trabalho que gira todo ele - em torno da conceituação de sintagma.

É nesse ponto que a história das idéias sobre o sintagma (que não impediria, antes exigiria, a avaliação crítica de cada conceito) me parece a metodologia acônseelhável.

Assim sendo, partiria mos (e quase sempre se tem de partir de seu nome) de Saussure. Eistudo quanto o Autor cita do famoso Cours: "Os elementos se alinam um atrás do outro na cadeia da fala. Estas combinações que se apoiam na extensão se podem chamar sintagmas."

Do modo como está, não vejo nada de restritivo, e o conceito me parece tão amplo (e havemos de ver que o é) quanto qualquer outro: elementos (atente-se no genérico do termo) que se alinham, um atrás do outro, na extensão da cadeia da fala não são apenas núcleos da frase ou monemas, mas todo e qualquer signo e a própria frase. Por outro lado, a citação é de todo insuficiente pa

ra dar idéia do que seja sintagma em Saussure, pois deixa de contemplar a própria relação sintagmática, sem o que não há sintagma. Com efeito, não basta, no caso, que os elementos se alinhem, um após outro, na cadeia da fala: é preciso que se alinhem guardando entre si, uma relação sintagmática. E esta não se levou em conta.

Convém, pois, reproduzir o texto de Saussure em sua integridade, fazendo-o preceder do que vem antes e completando-o com o que vem imediatamente a seguir: "As palavras contraem entre si, em virtude de seu encaideamento, relações fundadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos de uma só vez. Os elementos se alinham um atrás do outro na cadeia da fala. Estas combinações que se apoiam na extensão se podem chamar sintagmas. O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por ex.: *re-ler; contra todos; a vida humana; Deus é bom; se fizer bom tempo, sairemos*, etc.), e, colocado em um sintagma, um termo só adquire o seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o sucede ou a ambos... A noção de sintagma não se aplica somente às palavras, mas igualmente aos grupos de palavras, a unidades complexas de qualquer dimensão e de toda espécie (palavras com

postas, derivadas, membros de oração, orações inteiras)... A oração é o tipo por excelência do sintagma." (Cf. Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística General*, trad. esp., Buenos Aires, 1955, p. 207).

Vê-se, pois, que o conceito saussuriano, longe de ser restrito, se caracteriza por grande amplitude significativa, a ponto de interessar ora à Morfologia, ora à Sintaxe (ou, como hoje se prefere dizer, à Morfo-Sintaxe).

Ocorre que o tratamento da matéria, segundo a metodologia adotada pelo Autor, não se deu conta da diferença fundamental entre o conceito saussuriano de sintagma e as idéias de outros linguistas a respeito do mesmo assunto. Assinale-se que a própria amplitude do conceito saussuriano contribui para que o termo seja utilizado por numerosos autores com grande variedade de sentido. Nesse ponto, no entanto, arrisco-me a afirmar que é menos interessante frisar o caráter mais amplo ou menos amplo dos diferentes conceitos do que a relação de interdependência gramatical dos signos entre si. Segundo vimos, para Saussure, o sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades, pelo que é lícito falar em sintagmas ternários, quaternários, etc., ao passo que, para Bally e Mikus (para só referir nomes citados pelo Autor), o sintagma é sempre binário, a saber, é o produto de uma rela-

ção de interdependência estabele-
cida entre *dois* signos l \acute{e} xicos
que pertencem a *duas* categorias
que se complementam entre si.

Eis o ponto que me pare-
ce de suma import \acute{a} ncia para uma
tese que, desde a proposiç \tilde{a} o do
t \acute{t} ulo, estabelece a disjuntiva
Seq \tilde{u} encia ou Sintagma?

É evidente que, se se
ap \acute{o} ia a noç \tilde{a} o de sintagma na in-
terdepend \tilde{e} ncia dos signos, ou, di-
to em outras palavras, se se es-
tabelece a relaç \tilde{a} o sintagm \acute{a} tica
numa interdepend \tilde{e} ncia gramatical,
fica exclu \tilde{i} da dessa relaç \tilde{a} o a co-
ordenaç \tilde{a} o, visto que duas frases
coordenadas, ainda que relaciona-
das entre si, s \tilde{a} o aut \acute{o} nomas. Da \acute{i} ,
segundo Bally, o fato de que,
quando dois ou mais termos s \tilde{a} o
agrupados coordenativamente, co-
mo ocorre, por exemplo, nas enu-
meraç \tilde{a} o \tilde{e} s, tais termos devem ser
contados como um s \tilde{o} e \acute{u} nico. É
verdade que Trubetzk \acute{o} i admite, ao
lado dos *sintagmas determinati-
vos* e dos *sintagmas predicativos*,
que s \tilde{a} o *sintagmas de subordina-
ç \tilde{a} o*, e, pois, de estrutura bin \acute{a} -
ria, uma terceira classe, a dos
sintagmas associativos, que s \tilde{a} o
sintagmas de coordenaç \tilde{a} o e, pois,
bin \acute{a} rios ou n \tilde{a} o bin \acute{a} rios. Mas, at \tilde{e}
onde alcanço a quest \tilde{a} o, a manei-
ra por que o pr \acute{i} ncipe russo ex-
plica o sintagma associativo n \tilde{a} o
difere em subst \tilde{a} ncia da de Bally
ao considerar o car \acute{a} ter n \tilde{a} o sin-
tagm \acute{a} tico da coordenaç \tilde{a} o, pois,
al \tilde{e} m de acentuar a composiç \tilde{a} o bi-

n \acute{a} ria como caracter \acute{i} stica de todo
sintagma, acaba por considerar os
termos coordenados como um s \tilde{o} e
 \acute{u} nico. Em suas pr \acute{o} prias palavras:
"Entendemos por *sintagma associ-
ativo* dois sujeitos referidos ao
mesmo predicado, dois predicados
ao mesmo sujeito, dois determina-
tes ao mesmo determinado, etc \acute{e} te-
ra." (Cf. Fernando L \acute{a} zaro Carre-
ter, *Diccionario de T \acute{e} rminos Filo-
l \acute{o} gicos*, Madrid, 1953, s.v. *Sinta-
gma*).

Ora, aqui \acute{e} que toca o
ponto: se o Autor, em nenhum lu-
gar da tese, tratou de caracteri-
zar o sintagma pela consideraç \tilde{a} o
da relaç \tilde{a} o sintagm \acute{a} tica - isto \acute{e} ,
se n \tilde{a} o discutiu a interdepend \tilde{e} -
cia dos signos e as quest \tilde{a} o \tilde{e} s cor-
relatas de coordenaç \tilde{a} o e subordi-
naç \tilde{a} o com a estrutura bin \acute{a} ria ou
n \tilde{a} o bin \acute{a} ria de todo sintagma -, co-
mo pode pretender distinguir a *seq \tilde{u} -
encia* do *sintagma* e sobre tal
distinç \tilde{a} o construir uma tese uni-
versit \acute{a} ria em que discute o que
"pode ser seq \tilde{u} encia", o que "pode
ser sintagma", o que \acute{e} "sintagma
e n \tilde{a} o seq \tilde{u} encia", o que \acute{e} "seq \tilde{u}
encia e n \tilde{a} o sintagma" e aventa no-
menclaturas como a de "parassinta-
gma" e "falso sintagma"?

A minha d \acute{u} vida a respei-
to da melhor forma de conduzir o
trabalho cresce quando verifico,
logo adiante (p. 10), a maneira
por que conceitua *seq \tilde{u} encia*. Re-
duz-se a isto: "Do ponto de vista
da seq \tilde{u} encia, apoiamo-nos em su-
cinta informaç \tilde{a} o de Matoso C \acute{a} mara:

"Quando a combinação cria uma mera coordenação entre os elementos, tem-se, ao contrário, uma sequência."

Vamos por partes. Em primeiro lugar, em abono da posição que venho sustentando, o que, segundo o saudoso lingüista brasileiro, caracteriza a sequência é a relação sintagmática dos termos: existente na interdependência da subordinação (onde há síntagma), inexistente na autonomia da mera coordenação (onde não há sintagma, mas sequência). Nada mais claro. Em segundo lugar, acontece que a citação de J. Mattoso Câmara Jr. remete a sua obra *Dicionário de Filologia e Gramática* (5a. ed., Rio-S.Paulo, s/d.), onde verifico não haver entrada ou verbete especial para sequência e ser o tópico citado localizável s.v. *Sintagma*, aqui reproduzida, de maneira mais ampla para melhor compreensão: "*Sintagma* - Termo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior. De acordo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje apenas por sintagma um conjugado binário (duas formas combinadas), em que um elemento determinante cria um elo de subordinação com outro elemento, que é determinado. Quando a combinação cria uma mera coordenação entre os elementos, tem-se, ao

contrário, uma sequência."

Assim sendo, sou levado a concluir, pela própria colocação do lexicólogo lingüista, que o conceito de sequência é decorrente do conceito de sintagma e que a primeira se distingue do segundo porque, enquanto este se define por uma relação sintagmática de subordinação, aquela apresenta uma mera relação coordenativa, ou seja - uma relação sintagmática nula.

Em nenhuma hipótese, pretendo significar que esteja dando lições ao Autor, nem mesmo dar a idéia de que se revela incapaz de distinguir a conotação que se para sequência de sintagma. Isso seria um absurdo, pois logo no início de seu trabalho (pp. 12 e 13), ao analisar o conjugado *jar dim desencanto*, que "pode ser sequência" e "pode ser sintagma", diz, com absoluto acerto, que "as hipóteses sintagmáticas acarretariam relativa perda de autonomia (sublinho) para *desencanto*." Ora, perda de autonomia e autonomia, com que caracteriza respectivamente sintagma e sequência, valem por relação sintagmática de subordinação, no primeiro caso, e mera coordenação, no segundo.

O que quero significar isto sim - é que tais conceitos, absolutamente certos, não fluem, como era de esperar, dos fundamentos teóricos da tese e muito menos das citações incompletas dos lingüistas em que se arrimou.

Pelo que - insisto - a metodologia adotada na exposição preliminar, atenta apenas aos significados mais abrangentes ou menos

abrangentes dos termos *seqüência* e *síntagma*, revela-se de toda inadequada e merece ser refeita em edição definitiva, que o trabalho naturalmente alcançará.

WILTON CARDOSO